



“Tudo o que tu escreveste, eu sei” - a tradição de uma literatura escrita por mulheres diaspóricas: o encontro da brasileira Carolina Maria de Jesus com a martinicana Françoise Ega

“I know everything you have written” — the tradition of literature written by diasporic women: the relationship between Brazilian Carolina Maria de Jesus and Martinican Françoise Ega

Samanta Siqueira¹

Resumo: O presente artigo examina o encontro entre a escritora brasileira Carolina Maria de Jesus (1914-1977) e a escritora martinicana Françoise Ega (1920-1976) buscando lançar uma discussão sobre a tradição de uma literatura escrita por mulheres diaspóricas e periféricas. Com a publicação de *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, a escritora negra, favelada e catadora de papel Carolina Maria de Jesus revolucionou sua época. *Quarto de despejo* foi traduzido para catorze línguas diferentes. Uma dessas traduções, mais precisamente um pequeno resumo de *Quarto de despejo* traduzido para o francês, chega às mãos de Françoise Ega, uma martinicana que emigrou para a França durante a segunda guerra mundial. É a partir desse contato que Ega não somente se identifica nas palavras da escritora brasileira, como enxerga também o dia a dia de muitas de suas companheiras imigrantes antilhanas ali. Dessa maneira, ela decide escrever um livro em formato de cartas endereçadas a Carolina Maria de Jesus para contar a sua irmã brasileira como suas histórias se pareciam. E assim nasce *Lettres à une noire*, publicado em 1978, após a morte de Françoise e também de Carolina.

Palavras-chave: Carolina Maria de Jesus; Françoise Ega; tradução literária; escritoras diaspóricas.

Abstract: This paper examines the relationship between Brazilian writer Carolina Maria de Jesus (1914–1977) and Martinican writer Françoise Ega (1920–1976), aiming to spark a discussion on the tradition of literature written by diasporic and marginalized women. de Jesus’s *Child of the Dark: The Diary of Carolina Maria de Jesus* was a pioneering work at the time of its publication, because it was written by a Black waste picker who lived in a slum. The author’s diary has been translated into 14 different languages. One of the translations, more specifically a brief summary of the original book translated into French, was found by Françoise Ega, a Martinican writer who fled to France during World War II. On reading *Child of the Dark*, Ega not only related to the words written by the Brazilian author, but also found that her account reflected the day-to-day life of many Antillean immigrants. She then decided to write a book in the form of a series of letters addressed to de Jesus to tell fellow Brazilian writer how their stories were similar. This is when *Lettres à Une Noire* was born, published in 1978, after the death of Ega and de Jesus.

Keywords: Carolina Maria de Jesus; Françoise Ega; literary translation; diasporic writers.

Será que os pobres de outro País sofrem igual aos pobres do Brasil?

Quarto de despejo: diário de uma favelada, 2014

¹ Mestranda em Letras (UFRGS).



Nau Literária

crítica e teoria da literatura em língua portuguesa

PPG-LET UFRGS

ISSN 1981-4526

<https://seer.ufrgs.br/NauLiteraria>

V. 17, n.1 – 2020

Dossiê Literatura, Raça e Etnia

*Mais oui, Carolina, les misères des pauvres du monde entier se ressemblent comme des soeurs [...] tout ce que tu as écrit, je le sais [...]*²

Lettres à une noire, 1978

Em *A República Mundial das Letras* (1999, tradução para o português em 2002), Pascale Casanova aborda as leis que ditam o padrão normativo da literatura. Partindo de uma visão geográfica e econômica, a autora analisa as relações desiguais entre autores e sistemas literários do mundo para criticar e repensar a hierarquia literária existente. Para isso, inicia seu livro conversando sobre o papel do crítico literário a partir da metáfora de Henry James em *O Motivo no Tapete*:

Crítica da crítica e de seus pressupostos comuns, *O motivo no tapete* convida a repensar toda a questão da perspectiva crítica e dos fundamentos estéticos sobre os quais repousa. Enquanto busca, febril, o segredo da obra, o crítico de James não pensa um único instante em questionar a natureza das interrogações que coloca com relação aos textos, em modificar o preconceito principal que, no entanto, é justamente aquele que o cega: a ideia, espécie de preliminar crítica incontestada, de que a obra literária deve ser descrita como exceção absoluta, surgimento imprevisível e isolado. Nesse sentido, a crítica literária pratica um monadismo radical: uma obra singular e irreduzível seria uma unidade perfeita e só poderia ser medida e referir-se a si mesma, o que obriga o intérprete a apreender o conjunto de textos que formam o que se chama a “história da literatura” apenas em sua sucessão aleatória. (CASANOVA, 2002, p. 16)

Casanova reflete, dessa maneira, sobre o papel importante que os críticos — incluídos aqui os historiadores literários — assumem, ao julgarem as obras com suas premissas e interrogações pré-estabelecidas. São esses agentes do sistema que selecionam o que é a literatura e quais livros merecem ser enumerados na chamada “história da literatura”. E para eles, uma obra suficientemente adequada para a história é uma obra singular, diferente de tudo o que já foi escrito. A autora continua, analisando a solução que James então daria ao crítico que se vê impossibilitado de analisar a tal obra: é necessário um outro ponto de vista sobre a obra para, aí sim, entendê-la. Evitando um olhar “insular” e considerando o conjunto da configuração à qual a obra pertence, o crítico encontraria de fato a originalidade do livro. Assim como em toda historiografia, na literatura também elegemos um ponto de vista específico para narrar e selecionar os fatos, os autores e as obras.

² “Sim, Carolina, as misérias dos pobres do mundo inteiro se parecem como irmãs [...] tudo o que tu escreveste, eu sei [...]” - Tradução minha.



Desse modo, ao nos deparar com obras que diferem dos até então clássicos da história literária, tendemos a não incluir esses títulos ou tratá-los como anomalias únicas. É o que acontece quando aparece Carolina Maria de Jesus, com seu diário *Quarto de Despejo*. Como incluir e entender a forma diarística de uma escritora negra, brasileira e favelada em uma história literária? Mais único e inesperado seria ainda, nessa lógica, tentar enquadrar Françoise Ega, uma escritora martinicana que descobriu o diário de Carolina e escreveu um livro epistolar transformando a escritora brasileira em sua interlocutora. Duas escritoras, negras, pobres e exploradas — mas relacionadas e em diálogo. No entanto, a exemplo de Henry James, caso passemos a ler e a entender Carolina e Françoise em conjunto a uma configuração específica — rodeada de Rosa Maria Egipcíaca, Conceição Evaristo, Simone Schwarz-Bart e Miriam Alves, por exemplo — a história já é, literalmente, outra.

Quando elegemos um ponto de vista que relacione escritoras afrodescendentes e diaspóricas, evitamos uma análise “insular”, injusta com obras que não responderão às indagações estéticas pré-prontas do ponto de vista “clássico” e “universal” — sempre definido por críticos homens, brancos e europeus. Considerando que são obras marcadas por uma escrita que toca o autobiográfico, parece imprescindível analisá-las, levando em conta quem eram suas autoras e quais são seus contextos sociais e históricos. Uma completa revisão dos paradigmas de análise de seus escritos deve ser feita a partir da vida dessas autoras. Recuperando a epígrafe, só assim, então, saberemos exatamente o quê — e o quanto — Françoise sabe quando lê Carolina.

1 A brasileira Carolina Maria de Jesus

Carolina Maria de Jesus nasceu em uma família pobre da cidade de Sacramento — mais especificamente no Quilombo do Patrimônio —, no interior de Minas Gerais, em 1914. Filha da doméstica Maria Carolina de Jesus e de João Cândido Veloso, apelidado de “poeta boêmio” e pouco dado ao trabalho, Carolina era filha de descendentes de ex-escravizados. A cidade de Sacramento, surgida com a exploração do garimpo do ouro, ainda no início do século XX, repetia as relações impostas pelo período escravista:



Nau Literária

crítica e teoria da literatura em língua portuguesa

PPG-LET UFRGS

ISSN 1981-4526

<https://seer.ufrgs.br/NauLiteraria>

V. 17, n.1 – 2020

Dossiê Literatura, Raça e Etnia

O tempo em Sacramento estava bastante estagnado, para não dizer totalmente atrasado. Tudo permanecia como nos primórdios escravistas, de mistura com a Colônia e o Império. Tanto nas relações sociais, quanto nas relações do mundo do trabalho. A diferença permanecia única e crítica: o pobre (negros na sua esmagadora maioria) continuava a ser pobre, muitas vezes miserável, como na época do eito, e o branco (na sua esmagadora minoria) continuava a ser rico, abastado e preconceituoso, como quando era senhor de negros africanos e brasileiros escravizados. Raramente era amável e acolhedor com a população escravizada ou simplesmente negra. (FARIAS, 2017, p. 14)

Acompanhando sua mãe nos trabalhos de empregada doméstica na casa de ricos da região, Carolina chama atenção de uma das patroas, dona Mariquinha. Por não dar sossego a ninguém, a filantrópica tem a ideia de matricular a menina no Colégio Allan Kardec — o melhor colégio existente na região. Em 1921, aos seis anos, a menina Bitita, como era apelidada, ingressa pela primeira vez em uma instituição de ensino. No colégio, Carolina Maria de Jesus sofre com a integração em um espaço completamente novo, além das agressões sofridas pela professora, naquela época habituada ao método das famosas e doloridas reguadas. Ali passa apenas dois anos: o tempo suficiente para aprender a ler e a escrever e, sobretudo, a pegar gosto pelas palavras. Esses dois anos e a descoberta da leitura mudaram definitivamente a vida de Carolina. Por só querer ler e escrever, acaba decidindo muito cedo que gostaria de ser escritora. Dessa maneira, não se esforça para o trabalho de doméstica; trabalho herdado de sua mãe e o único que aparecia com facilidade, visto sua educação formal precária. Tendo vivido a adolescência e o início da vida adulta em trânsito no interior de Minas Gerais e de São Paulo, Carolina Maria de Jesus acaba se mudando definitivamente para a capital paulistana em 1937. Sem conseguir trabalho, a escritora batia nas redações de jornais da cidade oferecendo seus textos, na maioria das vezes poesias, para publicação. Como bem nos aponta Tom Farias em sua bibliografia:

Na fase em que Carolina passou a morar na favela do Canindé, ou seja, de 1948 em diante, ela já tinha uma grande bagagem como poetisa ou escritora, e um acúmulo enorme de entrevistas e de relacionamentos com os veículos de comunicações. É bom lembrar que em 1940, quando adentrou a redação da “Folha da Manhã”, Carolina Maria tinha uma grande produção de poesias enfileiradas num caderno, sendo que o jornal divulgou apenas uma delas, que foi o poema “O colono e o fazendeiro”, um dos textos mais conhecidos da autora. (FARIAS, 2017, p. 180)

A verdade é que logo Carolina ficou famosa entre os jornalistas, tendo alguns de seus textos e poesias realmente publicados em jornais por volta de 1942. Em 1948,



depois de alguns trabalhos em casas da alta burguesia e sem nunca ter conseguido se adaptar e se disciplinar para tal serviço, Carolina se muda para favela do Canindé. Sempre motivada pela escrita, Carolina começa a catar papel para ter o que comer e o que dar de comer aos seus três filhos.

E foi assim, instalada na favela do Canindé e enquanto catadora de papel na cidade de São Paulo, que Carolina Maria começou a escrever seu livro/diário contando a pobreza e a situação insalubre dos habitantes das favelas, os favelados. No diário, Carolina narra com objetividade e com marcas muito fortes da oralidade o cotidiano pobre e miserável em que vivia no seu barracão. Em 1960, com a publicação de *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada*, a escritora negra, favelada e catadora de papel revolucionou sua época, ao conseguir adentrar a porta excludente da branca e elitista literatura brasileira. A obra autobiográfica nos faz descobrir sem romantização as manhãs frias em que acordava cedo para buscar água, a ansiedade de conseguir o mínimo na venda do lixo que recolhia para dar de comer aos filhos e a tristeza de não ter dinheiro para comprar um sapato novo para sua filha. Alcançando a marca de cem mil exemplares vendidos em poucos meses naquele ano, seu biógrafo não deixa esquecer que “[...] na lista [de ranking dos mais vendidos] divulgada pelo “Estado de S. Paulo, [...] Carolina aparece em primeiro lugar, seguida de Jorge Amado, com “Gabriela, cravo e canela”.” (FARIAS, 2017, p. 225). Carolina superou em vendas o então aclamado *Gabriela Cravo e Canela*, de Jorge Amado, e, além disso, entre 1960 e 1961, foi publicada em quarenta países, com tradução para catorze línguas diferentes.

2 *Quarto de Despejo*: o diário de uma favelada, o pontapé inicial da tradição

O primeiro livro publicado de Carolina já carrega no seu próprio título a palavra “diário”, o que abre uma discussão imediata em relação a como categorizá-lo literariamente. Observando a vasta fortuna crítica da obra, temos sua definição como depoimento, diário, testemunho, documento histórico e autobiografia. No entanto, parece-me que a mera discussão sobre como categorizar o livro de Carolina já diz muito sobre a não consideração dada a escritores periféricos. Na história literária, tal discussão pouco acontece quando temos escritores brancos que falam sobre sua vida. O clássico



Nau Literária

crítica e teoria da literatura em língua portuguesa
PPG-LET UFRGS ISSN 1981-4526

<https://seer.ufrgs.br/NauLiteraria>

V. 17, n.1 – 2020

Dossiê Literatura, Raça e Etnia

Em Busca do Tempo Perdido, do francês Marcel Proust, é um texto literário, autobiográfico, considerado como tal e inserido ainda assim como um clássico da literatura mundial.

Já quando vamos à análise de *Quarto de Despejo*, desde a discussão sobre Carolina não ser de fato uma escritora — já que Audálio Dantas é quem teria escrito e/ou selecionado partes de seus manuscritos³ — até a dúvida de como encaixá-la na história tradicional da literatura inquieta. Gilmar Penteadó, em sua tese de doutorado *Estética da vida no limite: autenticidade, ponto de vista interno, testemunho e valor literário em Quarto de Despejo (Diário de uma Favelada)*, afirma: “Em resumo: o que Carolina escreve – e isso ainda vale para a maioria dos autores das periferias brasileiras – é considerado de tudo um pouco, de depoimento a documento histórico, menos “obra literária propriamente dita.” (2018, p. 88). Como comentado a partir da reflexão de Pascale Casanova, isso se dá porque nosso julgamento do que é literatura já está descompassado.

O diário de Carolina foge aos gêneros respeitadas da literatura universal. Como enquadrar uma escrita com registros que começam no dia 15 de julho de 1955, são interrompidos no dia 28 de julho do mesmo ano e retomados no dia 2 de maio de 1958, estendendo-se com breves interrupções, até 1º de janeiro de 1960? Essa descontinuidade também é marcada quando dos registros diários de uma frase e outros de duas páginas inteiras. No entanto, se não dissociarmos análise literária de sociedade, veremos que, ainda que haja uma quebra de cronologia e extensão desses registros, isso em nada altera a consistência da estrutura narrativa do livro. O recurso simples que Carolina usa para contar sua história é o da repetição e da quase monotonia dos fatos ali narrados. Acordar cedo para ir buscar a água, preparar algo qualquer para dar de comer a seus filhos, ir catar papel e trocar o dinheiro, passar no mercadinho e tentar comprar o que o dinheiro desse — farinha, pão ou carne:

³ Audálio Dantas (1929-2018) foi o jornalista que “descobriu” e editou os primeiros excertos de *Quarto de despejo*. A discussão sobre o quanto o jornalista possa ter alterado e/ou selecionado partes específicas da obra não é útil para o presente artigo, já que o que interessa é o fato de Carolina escrever e ter feito o sucesso que fez com suas palavras.



25 de agosto

Fui buscar água e fiz café. Não comprei pão. Não tinha dinheiro. Eu ia levar os filhos, vi uma menina que ia na aula, perguntei-lhe se ia ter aula. Disse-me que sim. Eu vesti o José Carlos, e o João foi do jeito que estava. Prometi levar-lhe um lanche. E saí com a Vera. Não havia papeis nas ruas porque apareceu outro homem pra catar. Achei ferros e metaes. (JESUS, 2017, p. 117)

Ainda que simples, é interessante perceber que na forma literária de Carolina, em sua maneira de enunciar esse cotidiano horrível, há uma tensão estilística bastante sofisticada. Ao lado dos problemas ortográficos (como “geito”, “metaes”, que aparecem no trecho) há uma linguagem elevada (“perguntei-lhe”, “levar-lhe”). Podemos interpretar essa tensão como uma consciência de Carolina de que a literatura (elitizada e branca) se faz em uma língua que não é a da favela. Além dessa escrita marcada por uma hipercorreção linguística e das ações cotidianas e repetitivas, poucos eventos surgem e quebram o esperado do dia a dia na favela do Canindé. Assim, ao longo do livro, percebemos que a estrutura narrativa repetitiva é sustentada essencialmente pela presença amarela da fome e da pobreza; todas as ações cotidianas são marcadas por esses dois elementos.

Ainda que críticos digam que o livro é “apenas” um diário, uma sucessão de registros aleatórios, é a partir desses registros e desse estilo tensionado que a hierarquia social brasileira é escancarada. O fato de que o trabalho de Carolina existe para pagar, quando muito, estritamente a sua comida diária, faz-nos enxergar o quanto a possibilidade de um futuro inexistente para tantos favelados como ela. Por mais que a narradora aponte uma futura casa de alvenaria, a futura publicação de seu livro e o seu futuro sucesso, os dias são sempre os mesmos e serão sempre os mesmos. Assim, a mimetização dessa realidade feita por Carolina é um processo intelectual e estético importante a ponto de atingir e inspirar a escrita de outros escritores e escritoras inscritos nessa tradição literária periférica, como é o caso a ser apresentado aqui de Françoise Ega.

3 A martinicana Françoise Ega

Filha de Claude Eugène Josué Modock, guarda florestal, e de Sixte Marie Olive Déhe Partel, costureira, Françoise Ega nasceu em 1920, em Case-Pilote, na ilha da



Nau Literária

crítica e teoria da literatura em língua portuguesa

PPG-LET UFRGS

ISSN 1981-4526

<https://seer.ufrgs.br/NauLiteraria>

V. 17, n.1 – 2020

Dossiê Literatura, Raça e Etnia

Martinica. Assim como a de Carolina, sua família tem origens bastante humildes: seus parentes são originários da hoje cidade Morne Rouge — cidade do norte da ilha, próxima ao vulcão Montagne Pelée. Logo após a abolição da escravatura na Martinica, em 1848, os ex-escravizados tinham apenas duas opções para seguirem suas vidas: continuar trabalhando para os colonizadores remuneradamente ou refazerem suas vidas nas partes mais elevadas e inabitadas das ilhas, nas colinas — as ditas *mornes*. Grande parte dos ex-escravizados decidiram então construir suas novas vidas baseadas no trabalho agrícola e numa subsistência comunitária. O modo de vida nas *mornes* perdurou até 1970 e atualmente são cidades profundamente marcadas pela história de sua origem. Desse modo, por conta de suas condições modestas, Françoise consegue obter com muito trabalho e dedicação o *Certificat d'Études Primaires* (equivalente hoje em dia ao certificado do ensino fundamental no Brasil), o *Brevet Élémentaire* (prova realizada para comprovação do ensino fundamental) e um *Certificat d'Aptitude Professionnelle* de datilógrafa, que seria o equivalente a um curso técnico no Brasil. Em resumo, Françoise terminou apenas o ensino fundamental e seguiu uma formação técnica em datilografia. Por causa da Guerra, ela deixa a Martinica e vai para a França, casando-se em 1946 com o enfermeiro militar também martinicano Frantz Ega.⁴

Após acompanhar os trabalhos de Frantz pela África, Costa do Marfim, Senegal e Madagascar, ambos se instalam em Marselha em 1955. Desde sua chegada no bairro periférico norte da cidade, o Busserine, Françoise se engaja no combate contra a miséria e contra os preconceitos raciais e sociais. Convencida de que “a instrução é a primeira porta em direção à liberdade”⁵, ela entra em uma associação de pais de alunos, estimula a escolaridade de seus filhos e intervém na educação das outras crianças com dificuldades na escola. Ela luta pela humanização dos bairros do norte, que na época

⁴ As informações aqui reproduzidas foram retiradas em parte do site da associação que leva o nome de Françoise Ega (Comitê *Vivre Ensemble Mam'Ega*: <https://vivreensemble.org/francoise-ega/>) e em parte de documentos não publicados fornecidos por seus filhos. Tive a oportunidade de conhecer a associação em janeiro de 2020 e de conversar com os filhos de Ega, Jean-Marc, Jean-Pierre, Jean-Luc e Christiane, bem como com alguns amigos e responsáveis pelas atividades do Comitê; conversas que muito me ajudaram a obter informações detalhadas e precisas sobre a escritora.

⁵ Frase de Françoise reportada por Jean-Pierre, um de seus filhos, em uma das conversas que tive com ele, em janeiro de 2020.



Nau Literária

crítica e teoria da literatura em língua portuguesa

PPG-LET UFRGS

ISSN 1981-4526

<https://seer.ufrgs.br/NauLiteraria>

V. 17, n.1 – 2020

Dossiê Literatura, Raça e Etnia

começavam a ser habitados por diversos imigrantes: árabes, italianos e antilhanos. Dessa maneira, não tarda para que ela se torne realmente um nome conhecido na comunidade: era Mam'Ega (apelido vindo de Madame Ega) que assumia a responsabilidade de escrever ao prefeito da cidade, exigindo a criação de um centro cultural para o bairro e que o trajeto do ônibus passasse nas periferias. Sabendo da importância de uma ação política para sua família e a comunidade que crescia ao seu redor, Ega se identifica como militante de esquerda e funda a primeira associação de imigrantes antilho-guianeses de Marselha: a Amitag (*L'Amicale des travailleurs antillais et guyanais*). Além de seu engajamento político, Ega era leitora assídua principalmente de escritores norte-americanos negros e participava do clube de poetas de Marselha. Foi neste clube que começou a escrever seus primeiros textos, mas nunca com a pretensão de publicá-los.

Leitora e grande entusiasta de autores negros, a escritora martinicana mostrava bastante consciência quanto a sua identidade racial. Encontra-se em sua biblioteca, por exemplo, o livro *Journal de la Traite des Noirs*, de Dam Joulin e Charles Le Breton La Vallée, com uma anotação na primeira página: “Eu sou a bisneta de uma Suzanne, não posso esquecer. O esquecimento em alguns casos é uma traição. Cabe a nós ensinar nossos filhos a sua origem para que, a partir de agora, eles vivam dignamente”⁶. São esse registro na entrada de um livro sobre o tráfico negreiro e as diversas conversas sobre identidade negra que seus filhos reportam até hoje que provam sua consciência racial. E é a partir dessa consciência que Françoise teve contato com a obra de Carolina Maria de Jesus. A martinicana, que comprava toda semana a revista *Paris Match*, famosa por dedicar algumas matérias relacionadas a escritores e personalidades negras naquela época, acabou encontrando uma reportagem sobre Carolina, seguida de um resumo e trechos de *Quarto de Despejo*. Na época, Françoise seguia suas atividades enquanto mãe e militante, mas também trabalhava como empregada doméstica. Não por acaso, nem por extrema necessidade: após ouvir sobre a rotina sofrida que outras

⁶ Tradução minha. Texto de partida original encontrado por mim a partir do acesso a alguns livros de Françoise: “*Je suis l'arrière petite fille d'une Suzanne, je ne peux [pas] l'oublier. L'oubli dans certains cas est une trahison. Il nous appartient d'enseigner à nos petits enfants leur origine afin que dans la dignité ils vivent désormais.*”



Nau Literária

crítica e teoria da literatura em língua portuguesa
PPG-LET UFRGS ISSN 1981-4526

<https://seer.ufrgs.br/NauLiteraria>

V. 17, n.1 – 2020

Dossiê Literatura, Raça e Etnia

mulheres antilhanas passavam sendo domésticas, ela decidiu que também queria sentir na pele como suas irmãs negras, antilhanas e expatriadas se sentiam. Embora o dinheiro que o marido ganhasse fosse suficiente para o sustento da família de cinco crianças, Françoise se lançou na busca de trabalho. Desse modo, a identificação para com os escritos da brasileira foi imediato.

Na mesma época, mais precisamente em 1963, por causa da crise das indústrias açucareiras nas Antilhas e sob o pretexto de solucionar os problemas demográficos dos departamentos ultramarinos, o governo francês cria o Bumidom, *Bureau pour le Développement des Migrations dans les Départements d'Outre-Mer* (Escritório para o Desenvolvimento das Migrações nos Departamentos Ultramarinos). Este órgão tinha como objetivo ajudar a emigração da população dos departamentos franceses para a França metropolitana. Prometendo trabalhos justos e uma vida melhor, o Bumidom levou 70.000 pessoas para a metrópole e o que elas encontraram foram, na verdade, empregos ainda mais precarizados do que os que tinham. Aimé Césaire descreveu essa operação como “genocídio por substituição”⁷, já que na Guiana Francesa, seguido do Bumidom, buscou-se também o repovoamento com a instalação de asiáticos e de franceses metropolitanos. Essa estratégia logo ficou óbvia: um esvaziamento dos descendentes de escravizados, mandando-os para a metrópole a fim de assumirem subempregos, e o repovoamento com populações brancas. Assim, com a chegada massiva de antilhanos em Marselha, Françoise acabou ajudando muitas mulheres recém chegadas e se envolveu cada vez mais com a luta pelos direitos de seus compatriotas.

É nesse contexto e a partir de suas experiências como doméstica que Ega não somente se identifica nas palavras da escritora brasileira, como enxerga também o dia a dia de muitas de suas companheiras imigrantes antilhanas ali. Dessa maneira, ela decide escrever um livro em formato de cartas endereçadas a Carolina Maria de Jesus para contar à irmã brasileira como suas histórias se pareciam. Assim nasce *Lettres à une Noire*, publicado em 1978, após a morte de Françoise e também de Carolina.

***Lettres à une Noire*, a continuação ultramarina da tradição**

⁷ Fonte: <http://une-autre-histoire.org/le-bumidom/>



Nau Literária

crítica e teoria da literatura em língua portuguesa

PPG-LET UFRGS

ISSN 1981-4526

<https://seer.ufrgs.br/NauLiteraria>

V. 17, n.1 – 2020

Dossiê Literatura, Raça e Etnia

O primeiro capítulo do livro de Françoise Ega, datado de maio de 1962, já começa com uma resposta, dando a sensação de que chegamos no meio de uma conversa entre as duas: “Sim, Carolina, as misérias dos pobres do mundo inteiro se parecem como irmãs”⁸ (EGA, 1978, p. 9). Françoise parece responder a pergunta que Carolina faz em seu diário, no dia 17 de maio de 1958: “Levantei nervosa. Com vontade de morrer. Já que os pobres estão mal colocados, para que viver? Será que os pobres de outro País sofrem igual aos pobres do Brasil?” (JESUS, 2014, p. 33). Na sequência, as cartas, que às vezes tomam tamanhos de pequenos bilhetes ou de verdadeiros contos, criam uma unidade interessante que se assemelha, de certo modo, ao diário de Carolina de Jesus. Assim como Carolina contava seu dia a dia na favela do Canindé e no centro de São Paulo, Françoise narra seu dia a dia enquanto empregada doméstica e imigrante no bairro de Busserine, em Marselha. No contexto francófono, o livro de Ega foi de extrema importância ao ser um dos primeiros registros da realidade das mulheres antilhanas vindas para a França no processo do Bumidom. Diferente do que era prometido, essas mulheres não eram orientadas a empregos igualitários e justos, tendo de aceitar na sua maioria o serviço doméstico em casa de senhores e senhoras francesas para conseguir pagar seus custos na metrópole.

Identificamos aqui também uma certa repetição, mas de caráter diferente. Não temos a descrição de um dia a dia da martinicana pelo simples motivo de que não se trata aqui de um diário, mas sim de um conjunto de cartas. No entanto, a descrição detalhada do trabalho doméstico e dos problemas enfrentados pelas mulheres antilhanas em Marselha se destacam e dão forma ao livro, dividido em dezenove capítulos e composto por cartas datadas de maio de 1962 a junho de 1964, com interrupções em alguns meses. É interessante analisar que, ainda que sejam formas diferentes, a quantidade de cartas e a sequência cronológica dão a sensação de uma rotina, de um diário — o que se assemelha ao livro de Carolina. Da mesma maneira que a presença forte da fome e da pobreza se repete e constrói a estrutura narrativa em *Quarto de*

⁸ Tradução minha. Texto de partida em francês: *Mais oui, Carolina, les misères des pauvres du monde entier se ressemblent comme des soeurs [...]*.



Despejo, a vida de domésticas antilhanas e os problemas em conseguirem suas garantias trabalhistas é o grande ponto que unifica a obra *Lettres à une Noire*:

2 de junho de 1962

Carolina, ontem foi a Festa da Ascensão. Na igreja do meu bairro, eu vi uma menina da mesma raça que a minha soluçando depois da comunhão. Aquilo me revirou o estômago; eu quis saber quem era ela e o que ela estava fazendo ali, na periferia de Marselha, com um vestido de verão sendo que ainda estava fresco e eu usava um grande pulôver. Ela sorriu. Falei em patoá, isso deu mais confiança. Ela me contou que “fizeram ela vir”. [...] Meu sangue fervia, Carolina! [...] De fato, há muitas meninas que “fazem vir” pra Marselha. Elas deixam as ilhas por um destino melhor. Eu as observo, e é sempre a mesma coisa, [...]”⁹ (EGA, 1978, p. 12)

Lendo Françoise de modo a não desvincular literatura e sociedade, entendemos historicamente o movimento de relatar nessas cartas a vida das empregadas domésticas. Na época de escrita do livro, a autora estava diretamente ligada às discussões sobre o Bumidom e também, como deixa claro em várias partes do livro, estava em contato com muitas antilhanas que acabam de chegar na França sem nenhum direito garantido. Tal como o diário de Carolina, as cartas de Françoise são a mimetização de uma realidade pouco ou nada representada pela literatura dita “universal” — a reportagem *Celle qui dit non à l’ombre* da revista *Z - Revue Itinérante d’Enquête et de Critique Sociale* fala de Françoise como a primeira autora antilhana de quem se tem notícia e a primeira a denunciar as desigualdades vividas pelas mulheres antilhanas na França metropolitana.

4 Pensando uma tradição literária de mulheres negras diaspóricas

As semelhanças entre as duas escritoras são muitas: mulheres, negras, pobres e exploradas. Carolina, apenas alfabetizada, e Françoise, tendo completado apenas o ensino fundamental, não tiveram acesso a um ensino completo, nem entraram no mundo pela porta da frente. Assim como a brasileira Carolina que migrou para São Paulo e acabou sendo destinada ao quarto de despejo que é a favela, Françoise também foi

⁹ Tradução minha. Texto de partida em francês: 2 Juin 1962 / Carolina, hier c’était l’Ascension. Dans l’église de mon quartier, j’ai vu une fille de ma race qui sanglotait après la communion. Cela m’a remué les tripes, j’ai voulu savoir qui elle était et ce qu’elle faisait là, dans la banlieue de Marseille, avec sa robe de plein été alors qu’il faisait encore assez frais et que je supportais un gros pull-over. Elle a souri. J’ai parlé patois, cela l’a mise en confiance. Elle m’a raconté “qu’on l’a fait venir”. [...] Carolina, mon sang bouillonnait ! [...] En effet, il y a beaucoup de filles que l’ “on fait venir” à Marseille. Elles laissent les îles pour une destinée meilleure. Je les vois, et c’est toujours la même chose, [...].



Nau Literária

crítica e teoria da literatura em língua portuguesa

PPG-LET UFRGS

ISSN 1981-4526

<https://seer.ufrgs.br/NauLiteraria>

V. 17, n.1 – 2020

Dossiê Literatura, Raça e Etnia

destinada ao bairro dos imigrantes, às famosas *cités*, em Marselha e, mesmo com um curso de datilógrafa, na França metropolitana as madames e os escritórios só a viam e só a aceitavam como empregada doméstica. Contudo, além dessas semelhanças, o que chama a atenção aqui é o aparecimento e a consolidação de uma tradição da literatura de mulheres negras diaspóricas.

No artigo *A Árvore Carolina Maria de Jesus: uma Literatura vista de Longe*, Gilmar Penteado interroga a ausência de Carolina Maria de Jesus na maioria dos livros/manuais de história da literatura brasileira. Citando um parágrafo curto que Alfredo Bosi dedica à autora em *Literatura e resistência* (2002), Penteado discorre sobre não concordar quando Bosi define Carolina como “exemplo notável” e “tento difícil de repetir-se”. Afirmando que, “se Carolina não serve para o cânone, o cânone também não serve para Carolina” (PENTEADO, 2017, p. 240), o autor coloca em xeque a abordagem literária que insiste em compreender as singularidades dos clássicos e livros excepcionais. Assim, ele defende o *distant reading*, do crítico italiano Franco Moretti, como uma abordagem um tanto quanto mais justa e apropriada para analisar a obra de Carolina e seus frutos:

Escritora pioneira, sem dúvida. Mas basta um olhar mais amplo para verificarmos que Carolina não está e nunca esteve sozinha. Basta tomarmos como referência a obra do italiano Franco Moretti para começarmos a duvidar que a escritora favelada seja um simples fenômeno, um acidente, uma anomalia. Ou seja, ela não se encerra em si mesma. Moretti não escreveu sobre Carolina, ao contrário do seu compatriota Alberto Moravia, que assinou o prefácio da edição italiana. No entanto, sua obra crítica, sua atenção à pesquisa quantitativa, sua aproximação entre análise estatística e geografia cultural, seu interesse pelos chamados “erros” na literatura, pelo surgimento e desaparecimento de estilos, podem iluminar a trajetória dessa notável escritora brasileira. E também a decifrar as razões que levaram à permanência da obra de Carolina, ressuscitada a partir da década de 1990 por pesquisas universitárias nas áreas de sociologia, história e literatura, e por escritores vindos da periferia urbana de São Paulo. (2017, p. 241)

Dessa maneira, apresentando-nos Zeli de Oliveira Barbosa, escritora e empregada doméstica com trajetória similar àquela de Carolina, Penteado exemplifica como o “tento difícil” se repetiu, sim. Somando a elas Françoise Ega, sabemos que esse feito se repetiu internacionalmente. E sabemos que, de fato, o cânone e a história literária canônica não servem para explicar essas autoras. Assim como nossa sociedade,



Nau Literária

crítica e teoria da literatura em língua portuguesa

PPG-LET UFRGS

ISSN 1981-4526

<https://seer.ufrgs.br/NauLiteraria>

V. 17, n.1 – 2020

Dossiê Literatura, Raça e Etnia

a história literária também é ligada ao processo do capitalismo colonial/moderno eurocêntrico. Para Aníbal Quijano, em *Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina*, esse processo resultou em um novo padrão de poder mundial que está ancorado na classificação social a partir da ideia de raça:

Uno de los ejes fundamentales de ese patrón de poder es la clasificación social de la población mundial sobre la idea de *raza*, una construcción mental que expresa la experiencia básica de la dominación colonial y que desde entonces permea las dimensiones más importantes del poder mundial, incluyendo su racionalidad específica, el eurocentrismo. Dicho eje tiene, pues, origen y carácter colonial, pero ha probado ser más duradero y estable que el colonialismo en cuya matriz fue establecido. (QUIJANO, 2014, p. 201)

Segundo Quijano, a América se construiu como um primeiro espaço/tempo do novo padrão de poder mundial, e isso se deu depois de uma série de acontecimentos. Primeiro, temos a criação da categoria de ‘raças’. Antes da América, essa distinção de identidades não existia. Passamos a ter, agora, uma população dividida ‘biologicamente’ entre ‘negros’, ‘índios’ e ‘mestiços’, em comparação com os europeus, os brancos. Em segundo lugar, dada a diferença criada para realçar a superioridade do europeu, estabelece-se uma nova estrutura de controle de trabalho a partir da escravidão e da servidão dessas raças ‘negras’, ‘índias’ e ‘mestiças’, ditas inferiores. Com esse padrão de controle estabelecido, naturalizam-se os papéis sociais: se for negro, é escravizado; se for branco, é patrão. A associação natural de raça e divisão de trabalho acaba se reforçando cada vez mais, a ponto de se impor uma divisão racial de trabalho, alavancando o capitalismo mundial, que será localizado no novo segundo espaço/tempo aí criado: a Europa. Daí derivam todos os controles de subjetividade, de cultura e de conhecimento. Como observa o autor, “[...] la modernidad y la racionalidad fueron imaginadas como experiencias y productos exclusivamente europeos” (QUIJANO, 2014, p. 211), ou seja, nenhum outro lugar estaria mais autorizado a ser inteiramente ‘moderno’ ou ‘racional’.

Esse raciocínio também pode ser aplicado para pensar a literatura e mais precisamente a história literária. No momento em que a Europa constitui um espaço/tempo privilegiado e dita tudo o que é considerado cultura e conhecimento, ela também determina o que pode ou não ser literatura, quais produções serão mencionadas



Nau Literária

crítica e teoria da literatura em língua portuguesa

PPG-LET UFRGS

ISSN 1981-4526

<https://seer.ufrgs.br/NauLiteraria>

V. 17, n.1 – 2020

Dossiê Literatura, Raça e Etnia

na história literária e quais obras serão consideradas ‘universais’. Ou seja, naturaliza-se uma hierarquia literária: se for branco, tem grandes chances de ser um escritor renomado e considerado; se for negro, raramente será registrado na história literária. Por isso, não encontramos nada além de “autora única” ou “algo nunca feito antes”, quando lemos essas autoras isoladamente, e não inseridas nas suas devidas histórias literárias. No entanto, ao perceber de maneira panorâmica Carolina Maria de Jesus e Françoise Ega como constituintes e oriundas de uma outra história, que não aquela dita pela Europa, as coisas começam a se encaixar.

Em *O nome dela era Rosa - epistolografia de uma ex-escrava no Brasil do século XVIII*, Lobo e Oliveira nos brindam com um estudo essencial sobre a questão do letramento de escravizados em espaços religiosos, apresentando uma análise aprofundada sobre Rosa Maria Egipcíaca da Vera Cruz — escritora e ex-escravizada brasileira, possivelmente a primeira mulher escravizada letrada de que temos notícia. A partir dos estudos histórico-diacrônicos e principalmente da exploração de arquivos, os autores nos fornecem dados relativos às práticas de leitura e escrita dos indivíduos integrantes de grupos sociais subalternos. Traçando a história difícil do acesso das mulheres ao letramento e à educação, normalmente voltadas para fins domésticos apenas, chegamos à obra de Rosa Maria Egipcíaca. Assim como muitas na História, Rosa aprendeu a ler e teve seu contato com as letras a partir do trabalho de uma Irmandade Católica. Revisitando e entendendo o percurso de alfabetização dessas mulheres afrodescendentes, Lobo e Oliveira situam a obra epistolar de Rosa dentro de uma linhagem de escritos femininos. Para os autores, o fato de a educação das mulheres, e principalmente das afrodescendentes, ser voltada ao ensino religioso, às primeiras letras e às prendas domésticas reflete diretamente no gênero em que escrevem:

Voltando ao ponto inicialmente referido de terem sido os recolhimentos e conventos um dos poucos espaços em que as mulheres, no Brasil colonial, transpuseram as barreiras que as impediam de aprender a ler e escrever, deve-se observar que dois tipos de escrita se desenvolveram nos claustros femininos: uma escritura doméstica ou institucional e de caráter pragmático, tendo em vista a administração da casa, e uma escritura de foro íntimo e privada, como as correspondências particulares ou os escritos de consciência aos confessores e ainda as autobiografias ou biografias, que tanto podiam ser escritas pelas próprias enclausuradas, como também por seus clérigos condutores. (OLIVEIRA, LOBO, 2012, p. 629)



Nau Literária

crítica e teoria da literatura em língua portuguesa

PPG-LET UFRGS

ISSN 1981-4526

<https://seer.ufrgs.br/NauLiteraria>

V. 17, n.1 – 2020

Dossiê Literatura, Raça e Etnia

Também pensando a educação e o letramento de mulheres negras escritoras, mas do lado caribenho, Maryse Condé, escritora e crítica martinicana, entrega-nos dados e informações bastante complementares às de Oliveira e Lobo. Em *La parole des femmes - essai sur des romancières des Antilles de langue française* (1993), Condé analisa como se constroem as narrativas de escritoras antilhanas de língua francesa. A autora apresenta inicialmente as questões relativas à escolarização da população antilhana, em especial das mulheres. Assim como no Brasil, aparecem nas Antilhas francesas os pensionatos religiosos como os primeiros lugares dedicados à educação dessa nova sociedade. Inicialmente, temos uma divisão bem radical de raça e sexo: as aulas eram voltadas apenas aos filhos homens dos *békés/blancs créoles* — descendentes diretos dos colonizadores brancos — e a alguns *mulâtres* — filhos de brancos com negros, mestiços. Porém, a crítica chama atenção para o fato de que a educação nas Antilhas francesas desde o início não foi libertária, já que o ensino funcionava como uma segunda maneira de conter e dominar o povo majoritariamente africano:

Entendemos sem esforço que a escola instituída sob essas diretivas e nesse espírito não podia ser libertadora. Ninguém sonharia que os africanos transplantados pudessem ter uma personalidade original que não deveria ser abafada por um sistema de educação elaborado em outros lugares e que, na verdade, era necessário imaginar um outro sistema exclusivo para eles. O modo proposto aos novos cidadãos é “o francês, adulto e civilizado”. (CONDÉ, 1993, p. 8)¹⁰

Inserido nesse panorama, a educação permanece um feito de difícil conquista pelas mulheres. Para analisar especificamente este caso, Condé seleciona dois romances em que são mostradas personagens em períodos de alfabetização para discutir os diferentes tipos de educação que uma menina recebe e recebia nas Antilhas. Analisando as personagens Télumée, do livro *Pluie et Vent sur Télumée Miracle* (1972), de Simone Schwarz-Bart, e Sapotille, de *Sapotille et le Serin d'Argile* (1960), de Michèle Lacrosil, a autora traça um paralelo entre duas maneiras distintas de receber essa educação. Sapotille, de Lacrosil, é uma menina que valoriza o fato de poder frequentar uma escola, considerando o estudo como uma benção e uma sorte. Ainda que sofra represálias da

¹⁰ Tradução minha. Texto de partida em francês: *On conçoit sans peine que l'école instituée selon ces directives et dans cet esprit ne pouvait être libératoire. Nul ne songeait que les Africains transplantés puissent avoir une personnalité originale qu'il ne fallait pas étouffer sous un système d'éducation élaboré sous d'autres cieux et qu'il fallait au contraire en imaginer un autre à leur usage. Le modèle proposé aux nouveaux citoyens est "le français, adulte et civilisé"*.



Nau Literária

crítica e teoria da literatura em língua portuguesa

PPG-LET UFRGS

ISSN 1981-4526

<https://seer.ufrgs.br/NauLiteraria>

V. 17, n.1 – 2020

Dossiê Literatura, Raça e Etnia

professora por ser negra, pouco se revolta contra isso e tenta se encaixar no padrão para poder aprender o dito “saber branco”. Neste caso, temos uma personagem bastante submissa e alienada. Sapotille de fato se interessa e quer adentrar essa sociedade racional da educação formal europeia. Já Télumée é o contrário: a personagem de Schwarz-Bart é a resistência da oralidade em oposição à educação formal, em oposição à escrita. Para Télumée Miracle, a escola é como um estábulo onde os alunos seriam os cavalos sentados sobre os joelhos e domados pelos seus donos — os professores franceses. Diferentemente de Sapotille, ela não nega, nem foge de suas origens africanas e sua tradição oral.

Ao analisar essas personagens extremas e examinar as obras de autoras antilhanas, podemos compreender duas maneiras de se relacionar com a educação e com a escrita. Na história da literatura antilhana em geral, a tensão entre oralidade e escrita já é posta há muito tempo: de um lado, escritoras que fazem questão de reivindicar o crioulo e a oralidade, do outro, aquelas que assimilam facilmente a escrita. Porém, o interessante é observar que, mesmo construindo personagens para abordar como se dá a educação das mulheres nas Antilhas, as escritoras acabam expondo muitas questões autobiográficas e quase documentais sobre a história das ilhas. Associando a análise de Condé à de Lobo e Oliveira, chegamos a um ponto convergente dos escritos dessas escritoras afrodescendentes antilhanas e brasileiras: a presença de temáticas autobiográficas e domésticas, que nos contam um pouco mais dessas histórias tão singulares que se aproximam.

No momento em que Françoise Ega se apropria da forma diário-autobiográfico de Carolina Maria de Jesus e a transforma em sua interlocutora, escrevendo cartas à escritora brasileira, ela se insere em uma história da literatura de mulheres diaspóricas. A presença de um diário e de cartas como os gêneros literários escolhidos e a forte marca da escrita em primeira pessoa devem ser compreendidas como um padrão dessas escritoras. Lidas fora de uma contextualização adequada, correríamos o risco de entendê-las como duas mulheres negras excepcionais, sem uma grande escolarização formal, e que ‘conseguiram’ escrever e marcar a história literária.



Nau Literária

crítica e teoria da literatura em língua portuguesa

PPG-LET UFRGS

ISSN 1981-4526

<https://seer.ufrgs.br/NauLiteraria>

V. 17, n.1 – 2020

Dossiê Literatura, Raça e Etnia

A partir de uma *distant reading* e sob uma perspectiva que considera a história específica de socialização de mulheres diaspóricas afrodescendentes, entende-se que não por mera coincidência Françoise Ega teria se identificado com Carolina Maria de Jesus, a ponto de decidir começar a escrever também. Ambas são descendentes de africanos escravizados no processo do tráfico negreiro e, mesmo que as experiências que Françoise teve como pobre, primeiro em um departamento francês e depois na própria França, distingam-se das experiências de Carolina no Brasil, as duas experienciaram o nível mais baixo da pirâmide hierárquica socioeconômica de seus países. Além disso, considerando que a escolarização das mulheres no Brasil está diretamente relacionada aos temas domésticos e que, do lado das Antilhas, temos igualmente a presença da autobiografia e do documental, a escrita de um diário e de cartas também não surpreende e não pode ser entendida como algo excepcional. Françoise Ega e Carolina de Jesus estão inseridas em uma tradição literária — assim como tantas outras Carolinas e Françaises.

Referências

CASANOVA, Pascale. *A República Mundial das Letras*. Trad. Marina Appenzeller. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

CONDÉ, Maryse. *La parole des femmes – essai sur des romancières des Antilles de langue française*. Paris: Éditions Harmattan, 1993.

EGA, Françoise. *Lettres à une noire – récit antillais*. Paris: Éditions Harmattan, 1978.

FARIAS, Tom. *Carolina: uma biografia*. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 2014.

OLIVEIRA, K., and LOBO, T. O nome dela era Rosa: epistolografia de uma ex-escrava no Brasil do século XVIII. *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias [online]*, Salvador, p.623–646, 2012.

PENTEADO, Gilmar. *Estética da vida no limite : autenticidade, ponto de vista interno, testemunho e valor literário em Quarto de despejo (Diário de uma favelada)*, 2018. 356 fs. Tese (Doutorado em Letras) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.



Nau Literária

crítica e teoria da literatura em língua portuguesa

PPG-LET UFRGS

ISSN 1981-4526

<https://seer.ufrgs.br/NauLiteraria>

V. 17, n.1 – 2020

Dossiê Literatura, Raça e Etnia

PENTEADO, Gilmar. A árvore Carolina Maria de Jesus: uma literatura vista de longe. In: DALCASTAGNÈ, Regina. *Literatura e exclusão*. Organização de Regina Dalcastagnè e Laeticia Jensen Eble. Porto Alegre: Zouk, 2017.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *Cuestiones y horizontes : de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*, Buenos Aires, p. 777-828, 2014.